

Cauma estuda projeto para liberar outdoors

24 AGO 1998

O uso de outdoors em área pública poderá ser liberado pelo GDF, mediante o pagamento de uma taxa cujo valor ainda será definido. Na próxima reunião do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma), prevista para o dia 13 de setembro, o projeto elaborado pela comissão do código de obras prevendo esta medida e disciplinando a utilização de placas de sinalização, numeração, letreiros e anúncios em geral será submetido à aprovação. Ontem, a decisão foi adiada para que parte dos conselheiros pudesse estudá-lo mais detalhadamente.

O diretor do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF e conselheiro do Cauma, Sílvio Cavalcante, considerou o projeto "excessivamente liberal" ao permitir a colocação de outdoors em tapumes de obras paralisadas ou em andamento e nos terrenos de escolas públicas. Ele não se posiciona, entretanto, contrário à cobrança de taxa para a fixação destes anúncios em áreas públicas. Cada outdoor exigirá a análise prévia e autorização por parte do Cauma.

Crerérios

Até a próxima reunião do conselho, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano irá definir os critérios para a autorização de colocação de placas indicativas de escolas, igrejas e estabelecimentos comerciais. Vários conselheiros, como o empresário Luiz Estevão, consideraram que a ausência de crité-

rios está permitindo a "vulgarização" do uso destes equipamentos. Será dada prioridade de acordo com o tipo e porte da atividade que solicitar a placa indicativa.

Pelo projeto relatado pela conselheira Eliane Rangel Silveira, será permitida a fixação de outdoors nos seguintes locais: áreas públicas em geral, parque da cidade, área interior e tapumes dos canteiros de obras, terrenos sem edificação (exceto os residenciais), lotes ocupados por entidades sociais, culturais, de diversão e recreação, lotes particulares, cobertura de edifícios destinados a comércio, diversão, indústria e armazenagem. Em cada caso, será necessária, entretanto, a autorização do proprietário ou órgão competente, além da aprovação do Cauma.

No caso da propaganda eleitoral, segundo Eliane Rangel, não haverá choque com a proibição de uso do outdoor em área pública determinada pelo Tribunal Regional Eleitoral para a atual campanha, uma vez que o decreto que regulamentará a provável decisão do Cauma não deverá ser assinado antes da data da eleição, no dia 3 de outubro. O projeto permite a propaganda eleitoral nos outdoors e cilindros e "tolera" em lotes residenciais, através de pintura em muros e fachadas e colocação de outdoors e faixas. A mesma norma deverá determinar a retirada, no prazo máximo de 20 dias após a data das eleições.

JORNAL DE BRASLIA